



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
Rua Desembargador Leão Neto do Carmo,23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

Termo de Referência

ANEXO I DO PREGÃO XX/2019

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

1. Este Termo de Referência tem por objetivo estabelecer as condições para a contratação de empresa especializada para implantação de sistema de monitoramento por câmeras no prédio do Forum Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, compreendendo o fornecimento de materiais e equipamentos e a prestação de serviços, necessários à composição de solução completa e funcional, em conformidade com os elementos técnicos fornecidos em anexo a este Termo de Referência.
2. A presente contratação será efetuada através de licitação, na modalidade de Pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço e observará os preceitos gerais de Direito Público, e em especial as disposições da Lei n.º 10.520/2002, combinado com o Decreto n.º 10.024/19, e subsidiariamente a Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações posteriores, e será ainda subordinada às condições e exigências estabelecidas no Edital.
- 2.1. Os materiais, equipamentos e serviços componentes do sistema de monitoramento por câmeras, aqui definidos objetivamente, de acordo com padrões de desempenho e qualidade usuais de mercado, enquadram-se como bens e serviços comuns para fins do disposto no Decreto n.º 10.024/19,.
3. Fazem parte deste Termo de Referência, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

Anexo	Assunto / Referência
I-A	Projeto/ Memorial descritivo – evento SEI (0716208) e (0716210)
I-B	Projeto técnico – Prancha 1 (Planta baixa térreo) - evento SEI (0716214)
I-C	Projeto técnico – Prancha 2 (Planta baixa 1º e 2º pav.) - evento SEI (0716216)
I-D	Projeto técnico – Prancha 3 (Planta baixa 3º pav. E telhado) - evento SEI (0716217)
I-E	Projeto técnico – Prancha 4 (detalhes) - evento SEI (0716218)
I-F	Listagem de materiais, equipamentos e serviços - evento SEI (0708404) e (0723448)
I-G	Projeto Planta Poste metálico – evento SEI (0716225)

I-H	Projeto técnico, arquivo digital em formato .DWG (arquivo compactado)
-----	---

4. O presente Termo de Referência foi elaborado tendo como base os Estudos Preliminares realizados pela Equipe de Planejamento da Contratação, conforme consta do documento de evento n.º, do processo n.º 0005049-75.2019.6.12.8000.

CAPÍTULO II – JUSTIFICATIVA

1. A implantação do sistema de monitoramento por câmeras do prédio do Forum Eleitoral desta Capital do TRE/MS objetiva o aprimoramento da segurança patrimonial e de pessoas, mediante o registro de imagens em vídeo, a serem utilizadas para monitoramento reativo (situação inicial) e ativo (momento futuro, se necessário e desde que haja viabilidade de estrutura e pessoal).

CAPÍTULO III – OBJETO

1. A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para a implantação de sistema de monitoramento por câmeras no prédio do Forum Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, sito na Rua Desembargador José Alfredo Hardmann, 180, Jardim Veraneio, em Campo Grande - MS, compreendendo o fornecimento de materiais e equipamentos e a prestação de serviços, necessários à composição de solução completa e funcional, em conformidade com os elementos técnicos fornecidos em anexo a este Termo de Referência.

2. A implantação do sistema de monitoramento por câmeras no prédio do Forum Eleitoral do TRE/MS será realizada de acordo com as condições estabelecidas no projeto técnico – Anexos I-B, I-C, I-D, I-E, I-G e I-H, no Memorial Descritivo – Anexo I-A e na Listagem de Materiais, Equipamentos e Serviços – Anexo I-F.

2.1. Os elementos técnicos fornecidos e este Termo de Referência são complementares entre si.

3. Considera-se a empresa proponente como especializada no objeto da contratação, devendo prever em sua proposta as eventuais complementações de materiais, equipamentos e serviços que identifique necessárias para a perfeita execução do objeto.

3.1. Em caso de dúvidas, eventual inconsistência entre os elementos técnicos fornecidos, identificação de situação fática que inviabilize a execução do projeto como elaborado ou que possa comprometer a perfeita funcionalidade do sistema, dentre outras ocorrências similares, a empresa proponente / contratada deverá consultar o contratante / a fiscalização.

CAPÍTULO IV – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA

1. A pessoa jurídica proponente deverá comprovar sua **qualificação técnica** apresentando a documentação abaixo:

a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no CAU/CREA;

b) Comprovação de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior, devidamente registrado junto ao CAU/CREA, detentor de acervo técnico mínimo exigido para esta contratação, para exercer a atribuição de responsável técnico pela implantação do sistema;

b.1) A comprovação da vinculação do profissional detentor do acervo técnico deverá atender aos seguintes requisitos:

- b.1.1) Se empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- b.1.2) Se sócio: Contrato Social, com todas as alterações, devidamente registradas no órgão competente;
- b.1.3) Se diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de empresa individual ou limitada; ou ainda, cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- b.1.4) Se autônomo: cópia do contrato de prestação de serviços entre o profissional e a proponente ou documentação que comprove contratação futura para elaboração dos serviços objetos desta licitação;
2. O responsável técnico pela implantação do sistema deverá comprovar sua qualificação técnica mediante a apresentação da documentação abaixo:
- a) Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao CAU/CREA de profissional que possua atribuição para execução de implantação de sistema de monitoramento por câmeras;
- b) Apresentação de Acervo Técnico emitido pelo CAU/CREA ou Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, devidamente registrado no CAU/CREA, de objeto similar ao que se pretende contratar;
- b.1) Entende-se por objeto similar: execução de implantação de sistema de monitoramento por câmeras, com tecnologia IP, composto por, no mínimo, 25 (vinte e cinco) câmeras;**
3. O responsável técnico deverá gerenciar toda a parte técnica, primando sempre pela correta execução, devendo orientar, corrigir e autorizar as atividades, respeitando sempre as normas vigentes, admitindo-se sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Fiscalização.
4. A execução do objeto desta contratação dar-se-á mediante os princípios e as técnicas próprias, obedecendo sempre às normas vigentes da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e demais normas aplicáveis.

CAPÍTULO V – VEDAÇÕES À CONTRATAÇÃO

1. Aplica-se à presente contratação a vedação prevista no art. 9º da Lei 8.666/1993.

Art. 9º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

§ 1º É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o inciso II deste artigo, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

§ 2º O disposto neste artigo não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração.

§ 3º Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física

ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

§ 4º O disposto no parágrafo anterior aplica-se aos membros da comissão de licitação.

CAPÍTULO VI – DETALHAMENTO DO OBJETO

1. O objeto da presente contratação é a implantação de sistema de monitoramento por câmeras no prédio do Forum Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, sito na Rua Delegado José Alfredo Hardmann, 180, Jardim Veraneio, em Campo Grande - MS, em conformidade com os elementos técnicos fornecidos em anexo a este Termo de Referência, resultando em solução completa e funcional.

2. A execução do objeto da contratação compreende:

- a) fornecimento de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente à implantação do sistema;
- b) o fornecimento dos materiais necessários à infraestrutura e ao perfeito funcionamento do sistema;
- c) o fornecimento dos equipamentos componentes do sistema;
- d) a instalação da infraestrutura necessária ao sistema, incluindo as intervenções no imóvel para passagem de dutos, cabos, etc., e a recomposição das áreas do imóvel que sofrerem tais intervenções (fechamento de alvenaria, reposição de gesso, pintura de superfícies, etc.);
- e) a instalação, a conexão e a configuração dos equipamentos;
- f) a certificação dos pontos de rede componentes da infraestrutura;
- g) fornecimento de projeto técnico “as-built”, em que seja representada a situação em que se deu efetivamente a implantação do sistema;
 - g.1) o projeto técnico “as-built” deverá ser entregue em arquivo digital, no formato .DWG, ou outro formato a ser acordado entre o TRE/MS e a empresa contratada;
- h) prestação de garantia total do sistema, pelo prazo de 1 (um) ano;
- i) demais serviços previstos nos elementos técnicos fornecidos em anexo a este Termo de Referência e, mesmo que não previstos, necessários à perfeita execução do objeto da contratação;

3. Os materiais, os equipamentos e o serviços a serem fornecidos pela empresa deverão atender às especificações indicadas nos quadros abaixo e nos elementos técnicos da contratação, bem como serem similares em características e padrão de qualidade aos produtos e/ou às marcas de referência indicados.

EQUIPAMENTOS

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Marca / modelo de referência	Preço unitário máximo (R\$)	Preço total máximo (R\$)
01	CÂMERA IP BULLET HD LENTE 2.8MM 2MP FULL HD COM DPS ACOPLADO IP67	Un	24	Intelbras ou Similar	645,84	15.500,16

	REF.: VIP3230-B					
02	CÂMERA IP BULLET HD LENTE 3.6MM 4MP FULL HD COM DPS ACOPLADO IP67 REF.: VIP3430-B	UN	27	Intelbras ou Similar	808,70	21.835,01
03	CÂMERA IP DOME HD LENTE 2.8MM 4MP FULL HD COM DPS ACOPLADO IP67 REF.: VIP3430-D	UN	33	Intelbras ou Similar	786,24	25.945,92
04	COMPUTADOR SMALL DESKTOP 8ª GERAÇÃO PROCESSADOR INTEL CORE I5 8400, WINDOWS 10 PRO MEMÓRIA DE 4GB, DISCO RIGIDO (HD) DE 1TB (7200) RPM	UN	02	VOSTRO SMALL	4.379,70	8.759,40
05	GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO EM REDE NVR 32 CANAIS REF.: NVD 7032	UN	03	Intelbras	5.436,16	16.308,47
06	HD 8TERABYTE SATA, compatível com o gravador (item 5)	UN	24	WESTERN DIGITAL PURPLE, SEAGATE SKYHAWK OU SIMILAR	2. 080,00	49.920,00
07	NOBREAK 2200 VA ENTRADA BIVOLT E SAÍDA 127V SENOIDAL	UN	01	SMS ou similar	5.503,68	5.503,68
08	RACK 44U 19	Un	01	FURUKAWA OU SIMILAR	4.806,23	4.806,23
09	SWITCH GERENCIÁVEL 24 PORTAS POE e <u>4SFP</u> - BIVOLT	UN	05	Intelbras ou Similar	4.680,00	23.400,00
10	Televisor-monitor; tela Led de, no mínimo, 40", e, no máximo, 43"; resolução Full HD; com, ao menos, uma entrada HDMI; bivolt	Unidade	4	Panasonic Viera TC 40D400B, Philco Ph43n91dsgwa, OU SIMILAR	2.246,40	8.985,60
	TOTAL					180.964,51

MATERIAIS

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Marca / modelo	Preço unitário máximo (R\$)	Preço total máximo (R\$)
11	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1" E CUNHA DE FIXACAO	UN	125		1,93	241,25
12	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 3/4" E CUNHA DE FIXACAO	UN	325		1,80	585,00
13	ARRUELA LISA DIAMETRO INTERNO 1/4"	UN	1400		0,10	145,60
14	BANDEJA 1U Rack 19"	UN	04	Furukawa ou Similar	275,00	1.100,00
15	BARRA ROSCADA 3000MM 5/16"	UN	40		23,95	957,84
16	BUCHA DE NYLON SEM ABA S8, COM PARAFUSO DE 4,80 X 50 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN	500	Tigre ou Similar	0,37	185,00
17	BUCHA DE REDUCAO EM ALUMINIO, COM ROSCA, DE 1" X 3/4", PARA ELETRODUTO	UN	30	Tigre ou Similar	3,95	118,50
18	BUCHA S6 PARA DRYWALL COM PARAFUSO	UN	300	Tigre ou Similar	1,78	534,30
19	CABO ELETRÔNICO CATEGORIA 5E, INSTALADO EM EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2018	M	6.000		1,91	11.460,00

20	CARTUCHO PARA SOLDADA EXOTÉRMICA N. 90	UN	10	Exosolda	24,38	243,75
21	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO E, ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO DN 25 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016_P	un	34		28,50	969,00
22	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO X, PARA ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO DN 20 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016_P	UN	103		33,76	3.477,28
23	CONECTOR MACHO RJ - 45, CATEGORIA 5 E	UN	30	Furukawa ou similar	1,67	50,10
24	CONVERSOR DE FIBRA OPTICA INTELBRAS	UN	01		650,00	650,00
25	CORDOALHA DE COBRE NÚ 50MM², ENTERRADA, SEM ISOLADOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	60		33,48	2.008,50
26	CURVA 90 GRAUS, PARA ELETRODUTO, EM AÇO GALVANIZADO ELETROLITICO, DIAMETRO DE 25 MM (1")	UN	14		4,31	60,34
27	CURVA 90 GRAUS, PARA ELETRODUTO, EM AÇO GALVANIZADO ELETROLITICO, DIAMETRO DE 20 MM (3/4")	UN	33		3,17	104,61
28	CURVA HORIZONTAL EXTERNA 90° PERFURADA 100X100 CHAPA 20	UN	02		32,06	64,12
29	CURVA HORIZONTAL EXTERNA 90° PERFURADA 200X100 CHAPA 20	UN	1		54,94	54,94
30	CURVA VERTICAL EXTERNA 90° 200 X 100MM CHAPA 20	UN	1		54,94	54,94
31	ELETROCALHA PERFURADA	UN	20		94,24	1.884,74

	100X100X3000MM CHAPA 20					
32	ELETROCALHA PERFURADA 200X100X3000MM CHAPA 20	UN	32		121,68	3.893,76
33	ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO, CLASSE LEVE, DN 20 MM (3/4 ”), APARENTE, INSTALADO EM TETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016_P	M	589		15,26	8.988,14
34	ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO, CLASSE LEVE, DN 25 MM (1 ”), APARENTE, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016_P	M	147		24,58	3.613,26
35	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 63 (2") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	m	100		11,40	1.140,00
36	EMENDA INTERNA U PERFURADA PARA ELETROCALHA 100X100MM	UN	30		3,86	115,83
37	EMENDA INTERNA U PERFURADA PARA ELETROCALHA 200X100MM	UN	100		4,93	492,70
38	ESPELHO RJ 45 PARA CONDULETE METÁLICO	PÇ	95		5,81	552,05
39	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M	UN	10		7,80	78,00
40	FLANGE ELETROCALHA 200MM	UN	1		7,09	7,09
41	LUVA DE EMENDA PARA ELETRODUTO, AÇO GALVANIZADO, DN 20 MM (3/4), APARENTE,	UN	216		5,77	1.246,32

	INSTALADA EM TETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016_P					
42	LUVA DE EMENDA PARA ELETRODUTO, AÇO GALVANIZADO, DN 25 MM (1"), APARENTE, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016_P	un	74		10,19	754,06
43	MODULO FÊMEA RJ 45 PARA CONDULETE METÁLICO	PÇ	95		5,14	487,83
44	MOUSE SEM FIO	UN	04		56,16	224,67
45	PARAFUSO CABEÇA LENTILHA AUTO TRAVANTE 1/4"X 5/8"	UN	700		0,27	191,10
46	PARAFUSO E PORCA GAIOLA	UN	150	Furukawa ou Similar	2,35	352,95
47	PATCH CORD, CATEGORIA 5 E, EXTENSAO DE 1,50	UN	280		14,45	4.046,00
48	PATCH PANEL 48 PORTAS CAT 6'	UN	02	Furukawa ou Similar	1.435,82	2.871,65
49	PATCH PANEL 48 PORTAS, CATEGORIA 6 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2018	UN	02		1.184,98	2.369,96
50	PLACA CEGA 19" REF.:WS-C2960X-24PD-L	UN	05	CISCO OU SIMILAR	28,08	140,40
51	PORCA ZINCADA, SEXTAVADA, DIAMETRO 1/4"	UN	700		0,27	135,00
52	PORCA ZINCADA, SEXTAVADA, DIAMETRO 5/16"	UN	200		0,13	15,60
53	POSTE METALICO 3,5 METROS 4" COM BASE 30 X 30 com Braço de Fixação com até 1 metro de comprimento para câmeras	UN	02		1.300,00	2.600,00

54	REGUA DPS COM 8 TOMADAS 10A PARA RACK 19" REF.: N501008	UN	02	Embrastec ou Similar	257,00	514,00
55	REGUA DPS RJ45 24P LINKSYSTEM PARA RACK 19" REF.: N505024P12	UN	04	Embrastec ou Similar	2.783,01	11.132,06
56	SAÍDA LATERAL DE ELETROCALHA PARA TUBULAÇÃO 3/4"	UN	150		3,43	514,80
57	SAÍDA LATERAL DE ELETROCALHA PARA TUBULAÇÃO 3/4"	UN	20		4,24	84,76
58	SUPORTE BALANÇO VERTICAL PARA ELETROCALHA 100X100MM	UN	50		6,50	325,00
59	SUPORTE BALANÇO VERTICAL PARA ELETROCALHA 200X100MM	UN	60		6,60	396,24
60	"T" HORIZONTAL 90° PERFURADO 200X100MM CHAPA 20	UN	3		54,43	163,29
61	TAMPA PARA ELETROCALHA 200X100 CHAPA 20	UN	10		53,44	534,43
62	TERMINAL COMPRESSÃO OLHAL COBRE ESTANHANDO PARA CABO 50MM2 - INTELLI	UN	10		6,50	65,00
	VALOR TOTAL MATERIAIS					72.995,67

SERVIÇOS

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Marca/ modelo	Preço unitário máximo (R\$)	Preço total máximo (R\$)
63	Ajudante de Eletricista (Infraestrutura 2)	H	120		12,80	1.536,00

64	Ajudante de eletricista (serviços específicos, fechamento)	H	120		12,80	1.536,00
65	Aplicação manual de gesso desempenado (sem taliscas) em teto de ambientes de Área maior que 10m², espessura de 1,0cm. Af_06/2014	M²	100		23,28	2.328,00
66	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em teto, duas demãos. Af_06/2014	M²	100		15,11	1.511,00
67	Aplicação manual de pintura com tinta látex pva em teto, duas demãos. Af_06/2014	M²	100		11,77	1.177,00
68	Aplicação manual de pintura com tinta texturizada acrílica em paredes externas De casas, uma cor. Af_06/2014	M²	20		18,67	373,36
69	Aplicação manual de tinta látex acrílica em parede externas de casas, duas demãos	M²	20		14,51	290,16
70	Caixa de passagem 30x30x40 com tampa e dreno brita	UN	10		195,88	1.958,80
71	Demolição de pavimento intertravado, de forma manual, com reaproveitamento. Af_12/2017	M²	10		14,82	148,20
72	Eletricista	H	120		18,23	2.187,60
73	Eletricista (serviços específicos, fechamento)	H	120		18,23	2.187,60
74	Eletrotecnico (mensalista) (serviços específicos, fechamento)	Mês	02		5.215,14	10.430,28
75	Engenheiro Eletricista	H	30		112,50	3.375,00

76	Fornecimento e instalação de fibra óptica	UN	01		1.950,00	1.950,00
77	Locação de caçamba estacionária cap.=4m3	UN	5		286,00	1.430,00
78	Remoção de forro de gesso, de forma manual, sem reaproveitamento. Af_12/2017	M²	100		4,68	468,00
	Valor total dos serviços					32.887,00

QUADRO-RESUMO

VALOR MÁXIMO TOTAL - EQUIPAMENTOS	180.964,51
VALOR MÁXIMO TOTAL - MATERIAIS	72.995,67
VALOR MÁXIMO TOTAL - SERVIÇOS	32.887,00
VALOR GLOBAL MÁXIMO	286.847,18

3.1. A indicação de produto e/ou marca de referência não consiste na preferência por marca, vedada na Lei de Licitações, sendo aceita a oferta de material ou equipamento similar, desde que observado o disposto na cláusula 3.

3.2. É de responsabilidade da empresa proponente a comprovação da similaridade do produto ofertado com aquele indicado como referência.

3.3. As especificações dos equipamentos e dos materiais indicadas nos elementos técnicos anexos são complementadas/ajustadas pelo disposto nos quadros da cláusula 3 acima, prevalecendo, em caso de divergência, as indicadas neste Termo de Referência.

3.4. A empresa deverá indicar em sua proposta a marca e/ou modelo, conforme o caso, dos materiais e equipamentos que irá fornecer.

3.4.1. A empresa deverá encaminhar, em anexo a sua proposta de preços, catálogo, folder, ou outro documento similar em que possam ser verificadas as especificações dos materiais, detalhes técnicos (cabo de rede e HD) e equipamentos ofertados.

3.4.2. O envio dos documentos indicados na cláusula 3.4.1 poderá ser substituído pela indicação de endereço de internet, onde as informações possam ser obtidas.

3.5. A licitante vencedora do certame, no momento da apresentação de sua proposta comercial deverá declarar que os equipamentos: câmeras, NVR, storage e software de monitoramento por ela fornecidos, são totalmente compatíveis entre si, de forma a garantir que todas as funcionalidades requeridas neste projeto possam ser suportadas e aplicadas em total interoperabilidade. O documento deverá ser encaminhado junto

com a proposta comercial. Tal solicitação é necessária para a certeza de que a solução que se pretende adquirir funcionará nos termos do objetivo proposto.

3.6. Todos os materiais e equipamentos fornecidos deverão ser novos e de 1º uso.

3.7. A Empresa deverá comprovar o recolhimento do Imposto de Importação dos equipamentos, se for o caso.

4. A empresa contratada deverá executar os seguintes serviços, dentre outros necessários à perfeita consecução do objeto desta contratação:

a) a instalação da infraestrutura necessária ao sistema, incluindo as intervenções no imóvel para passagem de dutos, cabos, etc., e a recomposição das áreas do imóvel que sofrerem tais intervenções (fechamento de alvenaria, reposição de gesso, pintura de superfícies, etc.);

b) a certificação dos pontos de rede componentes da infraestrutura;

c) a instalação, a conexão e a configuração dos equipamentos;

c.1) além do(s) poste(s) previsto(s) nos elementos técnicos, a empresa deverá fornecer suporte (haste, pendente, etc.) para instalação de câmera, de acordo com as características do ponto de instalação, quando o uso do suporte se mostre necessário ao correto posicionamento da câmera e à obtenção de imagens que melhor atendam à demanda do contratante;

c.2) a empresa contratada poderá sugerir a alteração de ponto de instalação de câmera, com vistas ao melhor atendimento da demanda do contratante relativamente à área a ser coberta e às imagens a serem obtidas;

d) realização de todos os testes necessários, de modo a comprovar a perfeita funcionalidade do sistema;

e) repasse aos representantes do contratante das instruções necessárias à operacionalização do sistema;

e.1) o repasse será feito mediante:

e.1.1) treinamento prático de pessoal do contratante, com demonstração das funcionalidades do sistema (gerenciamento de câmeras, consulta a imagens gravadas, backup, etc.); e,

e.1.2) entrega de manuais dos equipamentos e softwares componentes do sistema, redigidos em língua portuguesa, impressos ou em arquivo digital;

f) fornecimento de projeto técnico “as-built”, em que seja representada a situação em que se deu efetivamente a implantação do sistema;

f.1) o projeto técnico “as-built” deverá ser entregue em arquivo digital, no formato .DWG, ou outro formato a ser acordado entre o TRE/MS e a empresa contratada;

g) prestação de garantia total do sistema, pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data do recebimento definitivo do sistema; Não será levada em consideração a garantia ofertada pelo fabricante, caso seja menor que o prazo acima.

g.1) a prestação da garantia poderá se dar remota e/ou localmente, de acordo com a ocorrência a ser atendida;

g.2) a garantia prevista objetiva a manutenção do perfeito funcionamento do sistema, e, em caso de problema, no restabelecimento do perfeito funcionamento no menor prazo;

g.3) a empresa deverá indicar o canal - ou canais - pelo qual o contratante fará o acionamento da garantia (e-mail, sítio na internet, telefone, etc.);

g.4) a empresa deverá manter o canal de atendimento disponível, ao menos, nos dias úteis, em horário comercial;

g.5) a empresa deverá iniciar o atendimento à ocorrência em, no máximo, 1 (um) dia útil, informando ao contratante o problema constatado e a solução aplicada, bem como, o prazo previsto para solução do problema, caso não seja possível solucioná-lo de imediato;

g.6) a garantia aqui prevista compreende, também, o suporte técnico ao funcionamento do sistema;

g.7) Os equipamentos deverão ter garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses contra defeito de fabricação, a partir do aceite da Nota Fiscal pela contratante. Se houver necessidade de substituição de peças, será facultado à contratada a substituição do equipamento/peça defeituoso por outro igual ou superior (novos);

g.8) Caso seja necessário enviar o equipamento para outra localidade, sem que para isso haja culpa da contratada, a correção do defeito deverá ser realizada no máximo em 30 (trinta) dias, a contar da comunicação formal do fato à fiscalização;

g.9) Ultrapassado o prazo fixado no item g.9, a contratada deverá substituir (com fornecimento e instalação) o equipamento defeituoso por outro novo, de qualidade igual ou superior, no prazo máximo de 30 dias, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível;

g.10) Caso a fiscalização do TRE/MS entenda ser necessário o aval de terceiros para a análise da proposta de substituição de equipamentos por marca diversa da ofertada na proposta, as despesas com a contratação de um técnico ficará a cargo da Contratada, sendo de livre escolha pelo Órgão.

5. A empresa contratada poderá subcontratar serviços considerados acessórios para a implantação do sistema, tais como: serviços de construção civil (por exemplo: valetagem, abertura de rasgos em alvenaria e gesso para passagem de tubulações, recomposição de alvenaria e gesso, pintura de paredes, etc.) e certificação de pontos de rede.

5.1. A empresa deverá informar ao contratante os casos de subcontratação, com indicação da empresa que executará os serviços.

5.2. A empresa contratada é a responsável por todos os serviços necessários à implantação do sistema, independentemente de eventual subcontratação.

6. A empresa contratada deverá entregar o sistema completo e em perfeito funcionamento.

CAPÍTULO VII – PRAZO DE EXECUÇÃO

1. O prazo máximo para a execução da implantação do sistema é de 90 (noventa) dias, contados a partir da assinatura do termo de contrato.

1.1. Serão excluídos do cômputo do prazo para a entrega do sistema os dias relativos a providências a cargo do TRE/MS, que tenham influência sobre a execução do objeto, como exemplos: análise de questionamentos formulados pela contratada, liberação de área do imóvel para execução de serviços, etc.

2. Caso a contratada verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de execução estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para conclusão.

2.1 A comprovação de que trata esta cláusula deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

2.2. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se a empresa da decisão proferida.

2.3. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de execução, e caso não cumpra o prazo inicial, a contratada ficará sujeita às penalidades previstas para atraso na entrega.

CAPÍTULO VIII – VALOR DA CONTRATAÇÃO

1. O valor total estimado da presente contratação é de **R\$ 286.847,18 (duzentos e oitenta e seis mil, oitocentos e quarenta e sete reais e dezoito centavos)**, que é, também, o preço máximo admitido pelo TRE/MS.

CAPÍTULO IX – DA VISITA E VISTORIA

1. Fica facultado às empresas interessadas em oferecer proposta **VISITAR e VISTORIAR** o local onde será implantado o sistema de monitoramento por câmeras, cujo objetivo é proporcionar o conhecimento necessário à elaboração da proposta de preço.

1.1. Para a realização da vistoria, as empresas interessadas deverão agendar a visita junto Núcleo de Segurança Institucional da Secretaria de Administração e Finanças do Tribunal, por meio do fone (67) 2107-7197 ou 2107-7198, com o servidor: Ismael Borges/ Márcio Chrístenes da Silva ou Flávia Tomigawa, de 2ª a 6ª-feira, das 13h às 17h.

2. Caso haja dúvidas quanto ao objeto da contratação, a empresa deverá entrar em contato com o servidor indicado acima, para obter as informações necessárias para a elaboração da proposta.

3. Considerando que a visita e a vistoria são faculdades da empresa interessada, não será fornecido pelo TRE/MS comprovante de sua realização.

4. A participação na licitação a ser realizada para a contratação do objeto deste Termo de Referência implica na aceitação das condições aqui fixadas e na admissão pela empresa proponente de que os elementos fornecidos pelo TRE/MS foram suficientes para o correto dimensionamento dos materiais e equipamentos a serem fornecidos e dos serviços a serem prestados.

CAPÍTULO X – RECEBIMENTO DO OBJETO

1. Os recebimentos provisório e definitivo do sistema ficarão a cargo da Fiscalização.

2. O recebimento provisório será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, contados da comunicação da contratada ao contratante da conclusão da implantação do sistema de monitoramento por câmeras, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

- a) aspectos gerais do sistema;
- b) quantidade de equipamentos entregues/instalados;
- c) configuração dos equipamentos;
- d) acesso às imagens gravadas;
- e) entrega do projeto técnico “as-built”;
- f) entrega do documento que comprove a certificação dos pontos de rede;
- g) entrega dos documentos (manuais, etc.) relativos aos equipamentos e softwares componentes do sistema;
- e,
- h) apresentação do documento fiscal;

2.1. Atendidas as condições indicadas na cláusula 2 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

3. O recebimento definitivo deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

- a) compatibilidade dos materiais e equipamentos entregues com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa contratada;
- b) correta instalação dos materiais e equipamentos nos locais indicados e verificação de seu perfeito funcionamento;
- c) correta execução dos serviços, dentre os quais os de recomposição de alvenaria e gesso e pintura, decorrentes das intervenções necessárias para instalação do sistema;
- d) conformidade do projeto técnico “as-built” entregue, no que concerne ao formato do arquivo e possibilidade de acesso ao conteúdo;
- e) conformidade do documento probatório da certificação dos pontos de rede;
- f) conformidade dos documentos (manuais, etc.) relativos aos equipamentos e softwares componentes do sistema;
- g) realização do repasse aos representantes do contratante das instruções necessárias à operacionalização do sistema;
- h) indicação pela contratada do canal de atendimento para os casos de acionamento do serviço de garantia total do sistema; e,
- i) conformidade do documento fiscal apresentado, no que concerne à identificação do contratante e da contratada, da descrição do objeto da contratação e dos preços unitários e total.

3.1. Atendidas as condições indicadas na cláusula 3 acima, será registrado o recebimento definitivo mediante termo próprio.

4. Verificada alguma falha na execução, será feito o registro formal e informado à empresa contratada, para que proceda a sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

4.1. Ao prazo previsto neste item, aplica-se o disposto na cláusula 2 do Capítulo VII.

5. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar material, equipamento ou serviço cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

CAPÍTULO XI – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1. O acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços realizar-se-ão por representante da administração, especialmente designado na forma dos artigos 67 e 73 da Lei n. 8.666/93, do art. 6º do Decreto n. 2.271/97 e do art. 29 da Resolução TSE n. 23.234/10.

1.1. As relações entre o Tribunal e a empresa contratada, serão mantidas, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

2. A Fiscalização tem autoridade para exercer, em nome do Tribunal, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução do objeto da contratação, tendo plenos poderes para decidir sobre questões relacionadas à parte técnica dos serviços, em função das disposições deste Termo de Referência e do Contrato, consultando a Administração nos casos de dúvida e sobre matérias que extrapolarem as previsões do contrato e do Termo de Referência.

3. A Fiscalização contará com o apoio de unidades do TRE/MS no que se refere a aspectos técnicos do objeto da contratação, tais como os relacionados à área de engenharia.

4. São atribuições da Fiscalização:

- a) acompanhar a execução do objeto da contratação;
- b) verificar eventuais falhas, erros ou não cumprimento de exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato, solicitando a imediata correção por parte da contratada;
- c) exercer, em nome do TRE/MS, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada;
- d) comunicar a Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem comprometimento da execução dos serviços e/ou aplicação de penalidades previstas;
- e) realizar os recebimentos provisório e definitivo do objeto da contratação;
- f) atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;
- g) outras atribuições pertinentes a contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

CAPÍTULO XII – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será realizado em duas etapas:

- 1. Entrega dos materiais e equipamentos necessários para instalação do sistema;
- 2. Instalação do sistema, após a efetiva entrega do sistema de monitoramento por câmeras completo e em perfeito funcionamento.

Emissão da nota fiscal

2. O pagamento será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal ou Fatura pela Contratada, em conformidade com a legislação tributária, acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante apresentação dos documentos de regularidade exigidos na lei de licitações.

2.1. Os impostos a serem retidos deverão ser especificados no corpo da Nota Fiscal, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 1.234, de 11/01/2012, alterada pela IN da SRF n.º 1.244/12.

Pagamento da nota fiscal

3. O pagamento será feito pelo Contratante em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária em conta corrente indicada pela Contratada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após a data de apresentação da nota fiscal à Fiscalização.

4. O procedimento de pagamento observará as seguintes etapas:

- a) a Fiscalização fará a análise da Nota Fiscal/Fatura e das informações nela constantes, inclusive quanto aos valores, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto da contratação e, após, fará o encaminhamento à Seção de Finanças da Coordenadoria de Finanças e Contabilidade para efetivação do pagamento à contratada;
- b) a Seção de Finanças efetuará o pagamento dos valores devidos à contratada, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados do recebimento da documentação proveniente da fiscalização;

5. O prazo de pagamento será suspenso nos casos de ausência de informação e/ou documento complementar, ou em que haja necessidade de correção e/ou complemento de informação constante da nota fiscal/fatura, bem como qualquer outro motivo cuja responsabilidade seja atribuível à contratada, passando a ser contado novamente somente após a efetiva regularização.

6. Serão retidas na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, as alíquotas dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido - CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

7. Quando ocorrerem eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

EM = I x N x VP, onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

8. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e devem ser submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

CAPÍTULO XIII – DOS DIREITOS E DOS DEVERES DA CONTRATADA

1. Fornecer os materiais e os equipamentos componentes do sistema, em conformidade com o disposto nos elementos técnicos, que deverão ser todos novos e de 1ª qualidade.

2. Substituir o objeto entregue em desacordo com as especificações contidas neste instrumento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir do término do prazo máximo de entrega ou a partir da data do recebimento da comunicação expedida pela fiscalização, caso esta contagem seja mais favorável à contratada.

3. Executar os serviços necessários à implantação do sistema, com observância das normas técnicas aplicáveis.

4. Durante a execução dos serviços, todas as superfícies acidentalmente atingidas, e que não estiverem envolvidas diretamente com os serviços, deverão ser recuperadas, sendo utilizado material idêntico ao existente no local, procurando obter perfeita homogeneidade com as demais superfícies circundantes.

5. Todos os danos causados às instalações por elementos ou funcionários da contratada deverão ser reparados sem ônus para a contratante.

6. Os locais afetados pelos serviços deverão ser mantidos e entregues pela contratada em perfeito estado de limpeza e conservação, devendo ser providenciado, ainda, o devido isolamento da área de trabalho a fim de garantir a segurança das pessoas e do patrimônio do Tribunal e de terceiros.
7. Todos os entulhos e sobras de materiais provenientes do serviço executado deverão ser retirados pela contratada.
8. Solicitar ao contratante esclarecimento ou informação complementar, objetivando a perfeita execução do objeto da contratação.
9. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
10. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada à execução do objeto, sendo de inteira responsabilidade da empresa a contratação de funcionários necessários a perfeita execução do serviço.
11. Afastar imediatamente após a comunicação, sempre que exigido pela Administração e independentemente de qualquer justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do Contratante ou ao interesse do Serviço Público, ou ainda entendida como inadequada para prestação dos serviços. A substituição do prestador de serviços afastado deverá ser efetuado em no máximo 5 (cinco) dias úteis;
12. Utilizar mão de obra capacitada para a execução dos serviços;
13. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
14. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;
15. Relatar à fiscalização do contrato toda e qualquer irregularidade observada na prestação dos serviços;
16. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto da presente contratação, sem prévia e expressa anuência do contratante;
17. Atender prontamente as exigências da Administração inerentes ao objeto do contrato;
18. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto da presente contratação, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado;
19. Responder civil e penalmente, por quaisquer danos ocasionados à Administração e seu patrimônio e/ou a terceiros, dolosa ou culposamente, em razão de ação ou de omissão da contratada ou de quem em seu nome agir;
20. Responsabilizar-se pela conduta do empregado que for incompatível com as normas do contratante, tais como: cometimento de ato desidioso, negligência, omissão, falta grave, violação do dever de fidelidade, indisciplina no descumprimento de ordens gerais;
21. Receber os valores que lhe forem devidos pela execução do objeto, na forma disposta neste Termo de Referência.

CAPÍTULO XIV – DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

1. Exercer a fiscalização da execução do objeto da contratação por servidor especialmente designado, na forma prevista na Lei nº 8666/93;

2. Proporcionar as facilidades e prestar as informações para que a Contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas deste Termo de Referência e do Contrato, dos documentos que o acompanham e da legislação pertinente e em vigor;
3. Verificar a manutenção pela contratada das condições de habilitação estabelecidas para a presente contratação;
4. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;
5. Comunicar à contratada quaisquer irregularidades observadas na execução dos serviços contratados;
6. Registrar as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando o que julgar necessário à regularização das faltas e defeitos observados;
7. Aplicar à contratada penalidades por descumprimento deste Termo de Referência e de cláusulas contratuais;
8. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e no contrato;
9. Autorizar a devolução da garantia à contratada após o término do contrato.

CAPÍTULO XV – DEMAIS INFORMAÇÕES ACERCA DA CONTRATAÇÃO EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO N.º 182/2013 – CNJ (ART. 18, § 3º, INCISO II)

1. Motivação para a contratação:

A contratação em questão é necessária para que se conclua a implantação do sistema de vigilância/monitoramento por câmeras do prédio do Forum Eleitoral de Campo Grande/MS, que por sua vez objetiva o aprimoramento da segurança patrimonial e de pessoas, mediante o registro de imagens em vídeo, a serem utilizadas para monitoramento reativo (situação inicial) e ativo (momento futuro, se necessário e desde que haja viabilidade de estrutura e pessoal).

2. Objetivo a ser alcançado:

Implantação do sistema de vigilância/monitoramento por câmeras do prédio do Forum Eleitoral de Campo Grande/MS

3. Benefícios diretos e indiretos resultantes da contratação:

- Dentre os benefícios esperados com a contratação podem ser mencionados:
 - Redução de vulnerabilidades de segurança do prédio do Forum Eleitoral.
 - Diminuição do risco de ocorrência de ação criminosa ou de vandalismo, em face do registro de imagens em vídeo e possibilidade de identificação dos envolvidos.
 - Ampliação da possibilidade de solução de ocorrências relacionadas à segurança, mediante consulta a imagens gravadas.
 - Possibilidade de monitoramento mais efetivo de áreas críticas pela equipe de segurança, tais como os acessos ao prédio.

4. Alinhamento entre a contratação e o planejamento estratégico:

A presente contratação está alinhada, mesmo que indiretamente, com objetivos fixados no Planejamento Estratégico do Tribunal para o período 2016/2021, porquanto o aprimoramento da segurança patrimonial e de pessoas contribua para a consecução de tais objetivos.

5. Os estudos preliminares que nortearam a presente contratação encontram-se no Processo SEI n.º 0011782-91.2018.6.12.8000 e 0005049-75.2019.6.12.8000, documento de evento n.º 0695600.

6. A relação entre demanda prevista e a ser contratada encontra-se no Capítulo VI deste Termo de Referência, bem como nos documentos técnicos elaborados pelo projetista: Memorial Descritivo (0716208) (0716210), Lista de materiais, equipamentos e serviços (0708404)(0723448) e projetos técnicos (0716214, 0716216, 0716217, 0716218 e 0716225).

7. A escolha da solução de TIC foi realizada por ocasião da elaboração do projeto técnico, e levou em consideração, segundo explanado nos Estudos Preliminares e dentre outros elementos, a adoção de tecnologia atual e que projete maior vida útil ao sistema e possibilidade de evolução e a relação custo/benefício alinhada à disponibilidade de recursos orçamentários do TRE/MS.

8. O objeto da contratação contempla a aquisição de material permanente (ND 4490-52), de materiais de consumo (ND 3390-30) e a contratação de serviços de pessoa jurídica (ND 3390-39).

9. o parcelamento do objeto com a demonstração da viabilidade ou não da divisão.

Em virtude de a solução a ser contratada consistir em sistema, que deve estar plenamente funcional, implicando a interoperabilidade e a complementaridade de seus componentes, não se adotou o parcelamento do objeto, determinando-se que a contratação recaia sobre apenas uma empresa.

Entendeu-se que a aquisição parcelada do objeto poderia resultar em falhas de funcionamento do sistema, ocorrendo dificuldade em determinar a origem dessas falhas, se decorrente de um equipamento ou material defeituoso, ou de um serviço realizado de forma inadequada.

Assim, de modo a buscar garantir o resultado adequado da contratação, adotou-se a aquisição da solução como um todo.

10. O tipo de licitação será o de menor preço, porquanto seja o tipo associado à modalidade de pregão..

11. O impacto ambiental previsto para a implantação da solução a ser contratada pode ser assim descrito:

a) impacto decorrente da produção dos equipamentos e materiais a serem aplicados: corresponde a impacto associado ao processo produtivo, o qual deve estar sob encargo das empresas fabricantes;

b) resíduos das intervenções nas instalações prediais: tais como gesso, alvenaria, etc., que deverão ser destinados de forma ambientalmente correta. Essa destinação estará sob encargo da empresa contratada para a implantação do sistema, tendo sido previsto na planilha de serviços o fornecimento de caçamba para coleta e destinação desses resíduos.

Não se avaliou impacto ambiental decorrente da operação do sistema.

12. O objeto deve estar em conformidade técnica e legal conforme descrito nos documentos técnicos elaborados pelo projetista: Memorial Descritivo (0716208)(0716210), Lista de materiais, equipamentos e serviços (0708404) (0723448) e projetos técnicos (0716214) (0716216) (0716217) (0716218) e (0716225), bem como nas demais condições fixadas neste Termo de Referência.

13. As obrigações contratuais estão descritas nos Capítulos VI, VII, XIII e XIV deste Termo de Referência.

14. As especificações técnicas detalhadas do objeto encontram-se nos documentos técnicos elaborados pelo projetista: Memorial Descritivo (0716208) (0716210), Lista de materiais, equipamentos e serviços (0708404) e (0723448) e projetos técnicos (0716214) (0716216) (0716217) (0716218) e (0716225), bem como no capítulo VI deste Termo de Referência.

Equipe de Planejamento da Contratação



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIA SHIMABUKURO TOMIGAWA**, **Analista Judiciário**, em 05/02/2020, às 14:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIO AFFONSO JACOB DOS SANTOS**, **Chefe de Seção**, em 05/02/2020, às 15:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROBSON MASSAKI KOBAYASHI**, **Técnico Judiciário**, em 05/02/2020, às 15:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0785578** e o código CRC **E9C7E4FD**.